

Novo aperto sobre os bancos credores

por Paulo Sotero
de Washington

Ao sentarem à mesa de negociações com representantes do governo brasileiro, a partir de hoje, os executivos dos bancos norte-americanos, que detêm cerca de um terço da dívida de US\$ 70 bilhões do País com credores privados, terão em mente uma preocupação particular. A preocupação deriva de um complicado processo judicial, em curso no Tribunal Federal de Tributos dos Estados Unidos desde 1984, no qual o Serviço do Imposto de Renda (IRS) pretende impugnar benefícios fiscais invocados pelo banco Continental Illinois, no final da década passada, no pagamento de impostos por rendimentos recebidos de seus empréstimos no Brasil.

O caso, que é acompanhado de perto pela American Bankers Association (ABA) e é também do conhecimento das autoridades econômicas brasileiras, vai a julgamento no próximo dia 16 de novembro e, segundo fontes dos bancos credores e do governo brasileiro, poderá ter importantes efeitos colaterais sobre as negociações.

De acordo com um levantamento realizado pela ABA junto aos 25 maiores bancos do país, se o IRS levar a melhor pode-se criar um precedente que levaria à impugnação de até US\$ 350 milhões em deduções fiscais, por ano.

"Se acontecer, isso complicaria as coisas, pois, além de já não estarmos recebendo os juros, teríamos de pagar mais imposto de renda pelo que recebemos no passado", afirmou um executivo de um grande banco de Nova York a este jornal. "Um desfecho contrário ao Continental Illinois pode dificultar a negociação de 'spreads' (taxas de risco) mais baixas", admitiu um representante do governo brasileiro familiarizado com o processo.

O caso envolve uma operação incluída em todos os acordos de reescalonamento da dívida brasileira, para permitir que o credor recebesse o pagamento de juros livre de qualquer imposto. Por força de contrato, o devedor brasileiro assumia, assim, o pagamento do imposto de 25% sobre remessas ao exterior, exigido pela legislação do País. Esse imposto era compensado pela concessão de um subsídio governamental. O

credor, por sua vez, ficava com o recibo relativo ao pagamento do imposto, de modo a se habilitar a uma dedução na sua declaração de imposto de renda nos EUA, ao abrigo do Foreign Tax Credit.

Na semana passada, dois eventos deram renovada relevância ao processo. Na quarta-feira, o Citicorp, que é o maior banco dos EUA e o principal credor do Brasil, recebeu uma intimação do Tribunal para prestar declarações no caso Continental Illinois x IRS. O Citicorp confirmou a informação a este jornal, mas não quis

(Continua na página 19)

Três bancos norte-americanos anunciaram ontem resultados no terceiro trimestre e todos apontaram prejuízo acumulado em nove meses, ainda sob o efeito da provisão para empréstimos duvidosos. O Chemical New York registrou prejuízo de US\$ 66,4 milhões no trimestre e US\$ 1,083 bilhão acumulado em nove meses. O Continental Illinois teve lucro de US\$ 60,1 milhões mas a perda acumulada de nove meses é de US\$ 373,7 milhões.

(Ver página 21)